

ARK: <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s25251635/9141nqyg1>

# INTERAÇÃO ENTRE O *MONEY MANAGER CAPITALISM* DE MINSKY E CERRADO BRASILEIRO. UM ESTUDO DIRECIONADO À REGIÃO DO MATOPIBA

Interaction between *money manager capitalism* by Minsky and the Brazilian Cerrado. A study oriented to Matopiba region

**Sávio Emerick Barros Pavani Marinho**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE / UFRGS), Brasil  
[savioemerick@gmail.com](mailto:savioemerick@gmail.com)

**Angélica Hernández Goez**

<https://orcid.org/0000-0001-9605-2718>  
Universidade Federal de Goiás (PPGCIAMB / UFG), Brasil  
[angelhez@gmail.com](mailto:angelhez@gmail.com)

RECIBIDO: 5.10. 2022 ACEPTADO: 10.04.2023

## Resumo

O artigo debate sobre as mudanças institucionais resultantes de um novo padrão de comportamento da sociedade, pautado no *money manager capitalism* (MMC) à la Minsky e seus impactos socioambientais com destaque para a região do Matopiba, no Cerrado brasileiro. A partir de uma revisão de literatura e de processamento de dados secundários, conclui-se que as mudanças institucionais resultantes desse novo padrão impulsionam os conflitos socioambientais e apresentam viés de curto prazo, tendo na rápida degradação ambiental e na deterioração das condições sociais suas



<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Los autores conservan sus derechos

principais marcas. Inviabiliza-se, assim, a reprodução da atividade econômica no longo prazo.

**Palavras-chaves:** *money manager capitalism (MMC)*; Cerrado brasileiro; Matopiba; deterioração social e ambiental

### **Abstract.**

The article discusses the institutional changes resulting from a new pattern of behavior in society, based on Money Manager Capitalism (MMC) à la Minsky and its socio-environmental impacts, with emphasis on the Matopiba region, in the Brazilian Cerrado. From a literature review and processing of secondary data, it is concluded that the institutional changes resulting from this new pattern drive socio-environmental conflicts and present a short-term bias, with rapid environmental degradation and the deterioration of social conditions as its main marks. Thus, the reproduction of economic activity in the long term becomes infeasible.

**Key words:** *money manager capitalism –MMC–*; Brazilian Cerrado; Matopiba; social and environmental degradation

## **INTRODUÇÃO**

A fusão do setor produtivo da economia com o capital financeiro não é um fenômeno recente das sociedades capitalistas, todavia, a dispersão generalizada desse fenômeno e a sua consolidação como algo quase que indispensável para o almejado progresso econômico tem sua origem no início dos anos 1990 e materializa-se no que Minsky (1996) chamou de *money manager capitalism* (MMC).

Países em desenvolvimento com economias grandes e diversificadas, caso do Brasil, bem como países em desenvolvimento com economias menores e menos diversificadas, como é o caso Chile, passaram por verdadeiras revoluções no que diz respeito à regulamentação do capital externo, especialmente em relação ao capital especulativo. Essa revolução é marcada pela transição de um ambiente de rígida

regulamentação dos fluxos de capital para um ambiente com ampla mobilidade, tendo se aprofundado na década de 1990.

A base teórica para tal inflexão na forma de se tratar o capital externo tem origem na teoria da repressão financeira, na qual se justifica o baixo investimento privado pela pouca poupança interna e pela ausência da possibilidade de absorção de poupança externa, esta vista como um complemento. Os países em desenvolvimento, em especial na América Latina, não hesitaram em desregularizar suas contas capital e financeira com o intuito de atrair capital externo, mesmo de curto e curtíssimo prazo, marcando o fim do desenvolvimentismo, o qual tinha nas formulações da CEPAL a sua base teórica, e criando as condições para o surgimento do MMC na periferia.

Como consequência direta dos novos anseios das sociedades, essas reformularam os seus aparatos institucionais, demonstrando, assim, o quanto são mutáveis. Configura-se no que Hodgson (2002) chama de processo de evolução institucional.

O processo evolutivo das sociedades e das instituições, responsáveis por espelharem seus valores em determinado período de tempo, tal como na teoria das espécies de Darwin, não tem relação alguma com sucesso ou fracasso, são apenas alterações aleatórias, podendo ser positivas ou negativas para a população e, conseqüentemente, para a sociedade em questão, dado o ambiente em que estão inseridas.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo entender melhor as mudanças institucionais resultantes de um novo padrão de comportamento da sociedade pautado no MMC de Minsky. Busca-se também relacionar essa nova estrutura à temática ambiental, avaliando suas conseqüências sobre o desmatamento, o esgotamento do solo e os seus impactos sociais sob as populações locais, com foco na região do Matopiba no Cerrado brasileiro (acrônimo dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e a Bahia).

A partir desse objetivo, o artigo está dividido em três seções além da presente introdução e da conclusão: i) *money manager capitalism* – MMC – à lá Minsky, pretende-se definir e descrever como Minsky

tratou o tema da cultura empresarial baseada em comportamentos típicos do mercado financeiro; ii) colapso socioambiental, para o caso do Cerrado brasileiro, busca-se demonstrar as razões pelas quais sociedades e aparatos institucionais baseados na cultura de mercado podem levar à convulsão social e a degradação ambiental; iii) desmonte institucional em uma perspectiva evolutiva, para o caso do Brasil, aborda o tema de como as instituições refletem os valores das sociedades em determinado momento, de modo a entender como o aparato institucional criado do MMC pode ser nocivo ao meio ambiente e levar ao agravamento das desigualdades sociais.

### **O MONEY MANAGER CAPITALISM À LA MINSKY.**

Ao observar vários fenômenos acontecidos na economia estadunidense a partir de 1946, Minsky (1996), embora não trate de países em desenvolvimento, afirma que “O capitalismo nos Estados Unidos está agora em um novo estágio, conhecido como *money manager capitalism* (MMC), no qual a grande maioria dos instrumentos financeiros se encontra nas mãos dos fundos de investimento e de previdência privada” (Minsky, 1996: 358, tradução livre)<sup>1</sup>.

A partir do estágio do capitalismo definido como MMC, Minsky identificou algumas de suas características próprias, são elas: 1. Empreendimentos organizados em grandes corporações, 2. Passivos das corporações nas mãos de instituições financeiras, 3. Desdobramento em uma nova forma de gestão (típica dos fundos de investimento e de aposentadoria) na estrutura financeira. 4. Participação dos fundos de investimento na estrutura financeira, com limitação de atuação meramente contratual, 5. Objetivo, por parte dos gestores, de maximização dos retornos financeiro dos detentores de passivos, e 6. Desempenho medido sob a ótica do retorno financeiro (Minsky, 1996).

---

<sup>1</sup> *Capitalism in the United States is now in a new stage, “money manager capitalism”, in which the proximate owners of a vast proportion of financial instruments are mutual and pension funds.*

Essa nova organização do mercado financeiro norte-americano, na visão do autor, fez com que o retorno de portfólio se materializasse na principal métrica de avaliação do desempenho das empresas, bem como o de qualquer outra atividade econômica. Essa nova concepção foi responsável por substituir uma visão estruturalista da política econômica pela visão de curto e curtíssimo prazo, na qual o retorno imediato é o principal objetivo. Para isso se fez necessário o rearranjo institucional, de modo a incorporar as lógicas de um setor financeiro com crescente poder político e econômico (Minsky, 1996; Whalen, 2017).

Entre as várias consequências associadas por Minsky (1996) ao crescimento do MMC, encontram-se a falta de interesse dos fundos no desenvolvimento qualitativo do capital e nos seus potenciais retornos sociais, como resultado é notório o aumento da instabilidade econômica – endógena ao capitalismo –, o aumento da insegurança dos trabalhadores, uma sociedade mais desigual, além da sua financiarização; “esta última entendida como o aumento do papel dos meios financeiros, dos mercados financeiros, dos atores financeiros e das instituições financeiras nas operações das economias domésticas e internacionais” (Epstein, 2005: 19, tradução livre)<sup>2</sup>.

A financerização é materializada quando o setor financeiro, representado por fundos de investimento, passa a ditar as regras da economia em níveis nacionais e internacionais. As empresas, a safra agrícola, a previdência social, as instituições de ensino, os serviços de saúde, a política ambiental, ou seja, a maior parte do que compõe o lado real da economia e da sociedade passam a obedecer à lógica imposta por esses fundos.

A doutrina do mercado financeiro, não só na governança das empresas, mas na sociedade como um todo, passa assim, a naturalizar padrões comportamentais ligados unicamente ao retorno financeiro esperado no curto prazo, esse retorno se transforma na principal

---

<sup>2</sup> *Financialization means the increasing role of financial motives, financial markets, financial actors, and financial institutions in the operation of the domestic and international economies.*

medida de avaliação de sucesso ou o fracasso. Esse padrão de comportamento, todavia, entra em contradição com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidades, contudo, foi muito bem absorvido por determinada corrente de economistas, os quais buscam formular as análises econômicas com base em padrões de comportamento individuais preestabelecidos.

A referida corrente econômica ganhou espaço não somente no mundo desenvolvido, mas também nas economias em desenvolvimento na medida em que o MMC foi se fortalecendo. Suas formulações teóricas e recomendações de política econômica passaram a propor a reformulação de todo o aparato institucional das variadas sociedades, como se houvesse uma fórmula única para experimentar o almejado crescimento econômico. Surgem aqui as “instituições modernas pró mercado”.

O discurso da modernização do sistema institucional de sociedades variadas e com formação histórica e cultural distinta não leva em consideração, porém, o fato dessas apresentarem padrões de desenvolvimento próprios. Quer dizer que elementos que funcionam perfeitamente em determinado corpo social, podem funcionar muito mal em outros. A busca pelo desenvolvimento das instituições “pró mercado”, fez com que essas, aos poucos, deixassem de ser o reflexo dos valores e padrões de comportamentos da coletividade em que estão inseridas, passando a convergir para um modelo padronizado, entendido como o único capaz de prosperar no capitalismo do século XXI.

Stanfield (1999) mostra que a partir dessa situação as escolas econômicas passam a definir os indivíduos como detentores de racionalidade econômica, portanto, com padrão de comportamento uniforme. A individualidade (sob um ponto de vista de que todo ser humano apresenta comportamentos próprios) perde assim importância. Enxergam a economia como a ciência da escolha em busca da ampla e otimizadora alocação de recursos. Tais características se configuram no alicerce teórico do MMC, discutido por Minsky. A

mentalidade de mercado ao penetrar na sociedade sob a forma da ênfase nos valores individuais uniformizados relega ao segundo plano e, até mesmo é capaz de destruir valores seculares e heterogêneos, socialmente construídos. De acordo com (Stanfield, 1999: 6)<sup>3</sup>:

Uma sociedade social e ecologicamente sã seguiria uma trajetória diferente de mudança científica e técnica natural, essas mudanças deveriam ser determinadas pela mudança social e cultural. (FNi) O avanço científico social é necessário para avançar e garantir a reintegração da economia no tecido social e ecológico.

O MMC, portanto, tem forte impacto na padronização dos valores entre as distintas sociedades. Trata-se da imposição de padrões comportamentais. O fenômeno em questão é facilmente visível nos padrões de consumo. Estes tendem a refletir o padrão dos EUA, na medida em que os diversos países atingem e se aprofundam na fase do MMC. A necessidade de adquirir o celular ou o estilo de roupa da moda, bem como a uniformidade dos centros comerciais ao redor do mundo constituem exemplos claros desse fenômeno. Há também claro reflexo social, dada a perda de valor de aspectos culturais e comportamentais que, em determinadas sociedades, como a indiana e a chinesa, sobrevivem há mais de mil anos.

Tais características, na atualidade, são claramente visíveis nos países em desenvolvimento, dando um indicativo de que a etapa em questão não está mais restrita a países com elevado grau de desenvolvimento do capitalismo, estes estudados pro Minsky. A consequência mais direta do efeito nocivo da uniformidade desse padrão de comportamento é verificada no meio ambiente, uma vez que o planeta não comportaria uma disseminação do padrão de consumo similar aos dos EUA.

Para o caso brasileiro destacam-se as *commodities*, em especial a soja, que para seguir a lógica do retorno crescente de capital necessita mais

---

<sup>3</sup> *A socially and ecologically sane society would pursue a different trajectory of natural scientific and technical change, but this change must be mandated by social and cultural change.(FNi) Social scientific advance is needed to move forward and secure the reintegration of the economy into the social and ecological fabric.*

terras, principalmente por ser baseado no cultivo extensivo das mesmas, forma mais barata (com baixo custo) de aumentar a produtividade e suprir a demanda externa. O impacto negativo resultante do aprofundamento de tais atividades, que tem um claro gerenciamento do capital de portfólio, é discutido de forma mais profunda na próxima seção do presente artigo, entretanto, alguns pontos serão levantados a seguir, de modo a expor as características não sustentáveis do MMC.

O bioma Cerrado corresponde a cerca de 24% do território nacional (IBGE, 2019), com uma área de 2.036.446 km<sup>2</sup>, similar à soma das áreas da França (643.801 km<sup>2</sup>), Alemanha (357.386 km<sup>2</sup>), Espanha (505.990 km<sup>2</sup>), Itália (301.338 km<sup>2</sup>) e Reino Unido (242.495 km<sup>2</sup>). A expansão da fronteira nessa região se mostrou como um dos principais responsáveis pelo desmatamento do bioma, de acordo com o IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia –, instituição que também monitora a questão do desmatamento no bioma.

É importante frisar a visão focada no curto e curtíssimo prazo de uma atividade econômica baseada no desmatamento acelerado do bioma, que é considerado o *berço das águas* e tem influência direta sob o regime de chuvas no centro-oeste e no sudeste do país. A água é um recurso essencial para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, o que evidencia o caráter insustentável de atividades que deterioram as condições básicas para o seu próprio desenvolvimento. A falta de chuva por período prolongado não só inviabiliza a produção agropecuária e deteriora o solo, mas também degrada as condições sociais de milhões de habitantes que tem relação direta ou indireta com o local afetado pela alteração do regime pluviométrico. À essa natureza, de característica autodestrutiva, é realizada a relação de efeito e causa do estágio do MMC e a deterioração das relações socioambientais, aqui definidas como colapso sócio ambiental.

Ao se disseminar e adquirir músculo político e econômico, o MMC dá início ao processo que será tratado na seção seguinte, o desmonte institucional e da legislação. Trata-se da busca constante e crescente por maior retorno financeiro, conforme observado por Minsky (op.



cit.). Este retorno robusto, porém efêmero, configura-se, portanto, na principal métrica de sucesso dos gestores dos fundos, não estando esses preocupados com questões relativas à garantia das condições mínimas de sustentabilidade.

## **COLAPSO SÓCIO AMBIENTAL: CASO DO CERRADO BRASILEIRO**

A partir da seção anterior, é possível identificar previamente algumas questões socioambientais que entram em conflito direto com o interesse do MMC. O desmonte institucional relativo à preservação do meio ambiente tem um claro e imediato impacto em variáveis responsáveis por identificar o agravamento desses problemas. A falta de recursos para os mecanismos de avaliação agravam o problema, uma vez que a deterioração da questão social e ambiental sequer pode ser mensurada de forma apropriada quando o discurso da austeridade fiscal inviabiliza o monitoramento e a formulação de dados estatísticos capazes de correlacionar tal deterioração ao desmonte em questão.

Um exemplo da negligência dada para esses mecanismos é a não realização do censo populacional brasileiro em 2020, o que dificulta a identificação das principais demandas sociais e a formulação de políticas públicas efetivas. Trata-se aqui de tornar os problemas invisíveis para não ter que lidar com questões sensíveis e custosas.

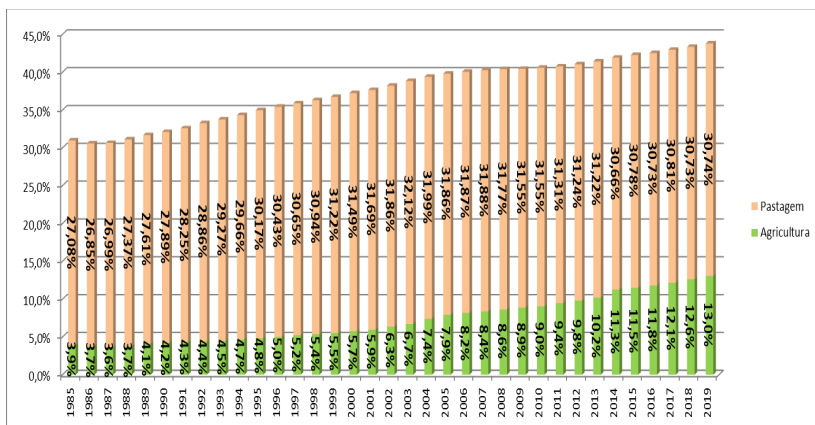
A questão relacionada à temática ambiental se evidencia no bioma Cerrado, que é responsável pelo abastecimento de oito das doze grandes bacias hidrográficas brasileiras, graças à altitude do Planalto Central (IPAM, 2017). As águas nascem nessa região elevada e escoam para as planícies, formando as bacias. De acordo com o WWF-Brasil (s.f.), as bacias Amazônica, Araguaia/Tocantins, do Atlântico Norte – Nordeste, do Atlântico Leste e do Paraná Paraguai são abastecidas por águas provenientes do Cerrado. Destaca-se também a relação de dependência entre o Cerrado e o Pantanal, uma vez que este depende das águas que escoam daquele para formar as áreas alagadas características do bioma, estas, por sua vez desembocam no rio Paraguai. Não é possível, portanto, preservar o Pantanal brasileiro sem se preocupar com o Cerrado.

Com o desenvolvimento do agronegócio, o Cerrado apresentou uma alta taxa de devastação nas últimas 3 décadas, agravando a questão social, uma vez que se trata de atividades com baixíssimo multiplicador da renda, uma vez que é pouco intensiva em mão de obra. Criam-se os desertos verdes, esses muito intensivos em capital, com uma lavoura quase inteiramente mecanizada, como o caso da soja. Tal situação se reflete em uma estrutura fundiária cada vez mais concentrada e em uma atividade econômica voltada para o mercado externo, incapaz de melhorar a situação da pobreza da maior parte da população. Configura-se, portanto, em uma situação análoga a já vivenciada pelo país em outros momentos, como no ciclo da cana de açúcar e do café, nas quais o grosso da população ficava completamente alheio à prosperidade econômica proveniente de tais atividades.

De acordo com os dados do IPAM, consolidados pelo Map Biomas (MAPBIOMAS, 2020), as áreas de floresta virgem reduziram de 57,8% do bioma em 1985 para 44,9% em 2019, o que corresponde a aproximadamente 238.899 km<sup>2</sup> de desmatamento em 34 anos, equivalente à área do Reino Unido. Durante o mesmo período às plantações temporárias passaram de 3,9% da área total do bioma para 12,9%. A soja começou a ter área significativa plantada em 2000, com 2,72% da área do Cerrado, passando a 9,1% em 2019, quer dizer que em 20 anos a soja se tornou a cultura que cobre a maior área de Cerrado.

O Gráfico 1 ilustra um aumento significativo da área cultivada, sem, todavia, verificar-se uma redução da área de pastagem, essa experimentou um tímido aumento no período. É possível inferir a partir do resultado observado que a expansão da fronteira agrícola se deu com base no desmatamento e não pela substituição de áreas de pastagem por áreas de cultivo. Trata-se da manutenção da pecuária e da agricultura extensivas, em ambos os casos o desmatamento ilegal, por meio da abertura de novas frentes pioneiras, é menos custoso no curto prazo quando comparado ao uso do solo já desmatado.

**Gráfico 1.** Cerrado brasileiro: uso do solo, 1985 – 2019.



Fonte: IPAM / <https://mapbiomas.org/estatisticas>

A partir do gráfico 2, verifica-se a correlação entre área de cultivo e a participação das duas principais culturas: soja e cana-de-açúcar, além de um mix de culturas diferentes. Fica nítida a tendência de especialização em atividade econômica com características monocultoras, com clara liderança da soja. Observa-se o aumento exponencial da área de Cerrado cultivada desde que começou a ser plantada, entre 1999 e 2000.

A atividade em questão, portanto, além de se configurar na maior responsável pelo aumento significativo do desmatamento, gera um grave problema social, uma vez que está baseada em uma produção extremamente mecanizada, incapaz de absorver quantidade significativa de mão de obra.

Em todos os casos, a expansão da agricultura modernizada e do agronegócio traz consigo significantes consequências socioeconômicas e territoriais. Uma primeira característica do agronegócio com graves consequências socioeconômicas pode ser detectada na baixa absorção direta de mão de obra dos sistemas altamente mecanizados, que

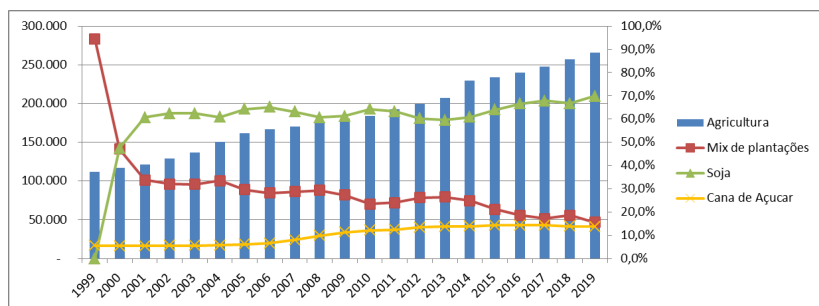
necessitam, sequer, uma limitada força de trabalho especializada (Coy, 2022: 56).

A monocultura da soja também tende a agravar a já problemática situação fundiária do país, uma vez que seu cultivo está pautado em grandes áreas de latifúndio, enquanto o já empobrecido pequeno agricultor rural, na maioria dos casos, não encontra alternativa senão a venda das suas pequenas propriedades e migração para as já inchadas e sabidamente problemáticas (do ponto de vista social) cidades brasileiras.

Esse baixo potencial de absorção de mão de obra contribui não só para os processos de concentração fundiária como também para uma evasão acelerada do campo. Como resultado, o campo sob influência do agronegócio é transformado, cada vez mais, numa mera “máquina de produção”, perdendo sucessivamente sua função de espaço social (Coy, 2022: 56).

O gráfico 2 contempla a área de Cerrado dedicada à agricultura em Km<sup>2</sup> desde 1999 e a porcentagem dedicada ao cultivo de soja, cana-de-açúcar e as demais lavouras. Destaca-se o salto proporcional da lavoura de soja, que se manteve constante em termos percentuais ao longo da série histórica, porém, com o aumento da área de cultivo, a manutenção desse elevado patamar indica uma expansão da atividade.

**Gráfico 2.** Cerrado brasileiro: area cultivada em km<sup>2</sup> e % por cultura



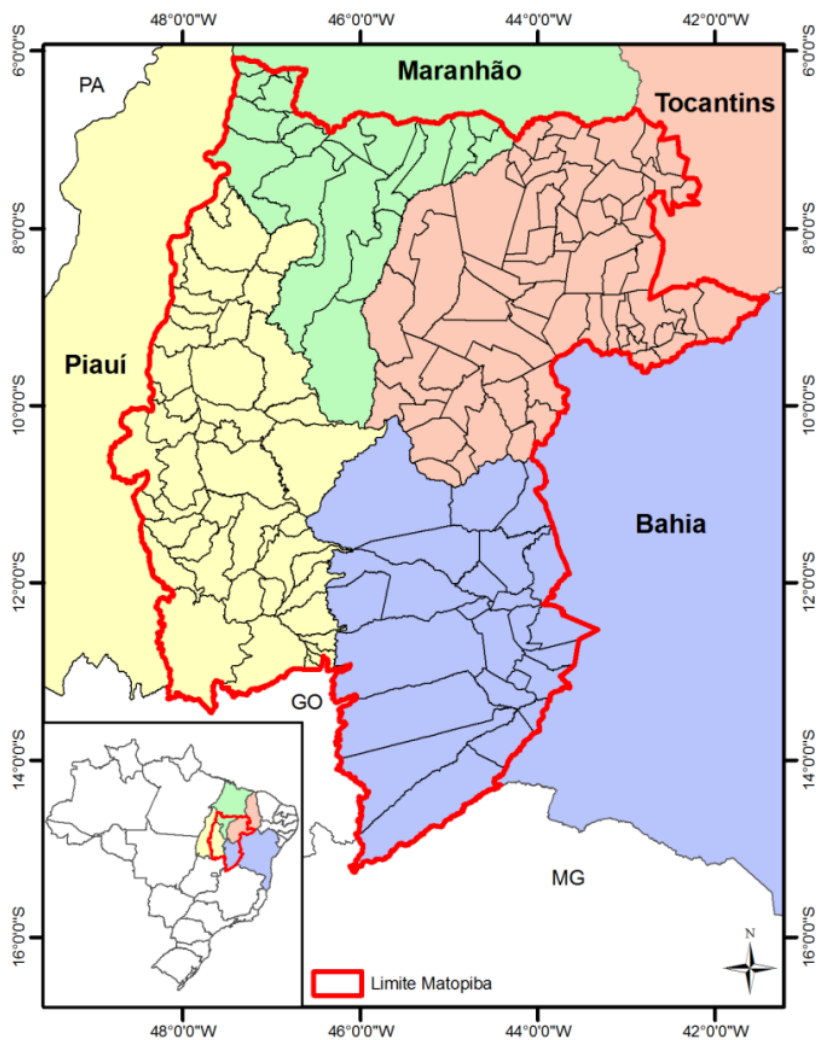
Fonte: IPAM / <https://mapbiomas.org/estatisticas>

A expansão da fronteira agrícola para o Cerrado brasileiro tem origem no ano de 1974, por meio de uma parceria<sup>4</sup> entre a EMBRAPA e o governo japonês. Enquanto o Brasil visava a consolidação de sua marcha para o oeste, iniciada com a fundação da nova capital, Brasília, o Japão buscava alternativas para a quebra de safra de soja dos EUA. A parceria durou até 2001 e foi a principal responsável para transformar as terras do Cerrado, até então consideradas estéreis em razão da sua elevada acidez, em terras cultiváveis. Em anos mais recentes a expansão da fronteira agrícola se apresenta na região geográfica nomeada como Matopiba, criada oficialmente em 2015 por meio do Decreto no. 8.447, o qual instituiu Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba (Pitta, 2017).

---

<sup>4</sup> Para melhor entendimento, ler: JICA, 2009.

Mapa 1. Localização do Matopiba



Fonte: Coutinho, et. al. (2015)

No Cerrado o MMC se manifesta por meio da apropriação de terras, essa inserida no novo ciclo de expansão do capital. Segundo Perdigão e Sauer (2017) a estrangeirização de terras se refere “a processos de compra, arrendamento ou outras formas de controle que titularizam direitos em favor de pessoas físicas e/ou jurídicas estrangeiras” (Perdigão e Sauer, 2017: 39), processo que se efetiva por meio de dois vetores: a compra e ocupação de terras para fins especulativos pelos fundos de investimento, e as mudanças nas normativas sobre a propriedade das terras.

No primeiro caso, são diversos os estudos que mostram a expansão da fronteira agrícola no Cerrado brasileiro, cujo cenário mais recente são as terras localizadas no Matopiba (Favareto et al., 2019; Pitta, Boechat e Mendonça, 2017). Essa expansão é causada, em parte, pela compra de terras por empresas de capital internacional ou por imobiliárias agrícolas transnacionais que investem na terra como ativo financeiro, formando, assim, grandes fazendas que acirram os conflitos socioambientais entre as populações locais e os grandes proprietários que na atualidade não só pertencem às elites locais, mas também às grandes corporações ou fundos de investimento (Pitta, Boechat e Mendonça, 2017). Por exemplo, Boechat et al (2023) ao exporem os argumentos de Mendonça e Pitta (2018), mostram que a companhia Radar S/A, a qual é o resultado de uma fusão entre um conglomerado brasileiro e um fundo de aposentadoria dos Estados Unidos, comprou terra barata em vários municípios do Matopiba em lugares que não tinham relação com a produção de cana de açúcar.

Sauer et al. (2021) mostram o aumento dos conflitos sócio ambientais no Matopiba entre os anos 2000 e 2020. Destaca-se um pico importante no ano de 2016 quando se registraram mais 240 conflitos, além de um aumento constante entre 2017 e 2020, anos nos quais de 150 casos se passou para 390 casos; já o estado que maior número de conflitos apresentou foi o Maranhão. Por último, identificam-se como os principais vetores desses conflitos a internacionalização e a financiarização das terras, conflitos trabalhistas, entre outros (Sauer et al, 2021; Favareto et al, 2019).

Em relação às mudanças na legislação brasileira, um estudo realizado por Perdigão e Sauer (2017) mostra como a normativa brasileira está sendo modificada a fim de ampliar a compra de terras no país por capitais estrangeiros. Alterações nos limites das restrições à aquisição ou arrendamento de imóveis foram possíveis em consequência da facilitação da aquisição de terras por pessoas jurídicas. Durante a gestão Bolsonaro, em 2019, o Senado Federal aprovou o Projeto Lei nº 2.963/2019 que, entre outras questões, aumenta a quantidade de módulos fiscais que um estrangeiro pode adquirir (de 4 a 15 módulos fiscais) (Senado da República, 2019).

A partir da maior financeirização da economia brasileira, nos moldes do MMG de Minsky, o mercado financeiro se tornou o principal responsável por gerir a produção da soja em nível nacional, tendo como vista a demanda global. Desta forma, a produção de soja, ao contrário do mix de cultura representado pelo gráfico 2, passou a respeitar padrões globais, muitas vezes determinado por fundos de investimentos e estes dominados por quotistas que possuem pouco ou nenhum vínculo com sistemas locais de produção agrícola. De acordo com Brum et al (2022: 7)

“a partir dos anos de 1990, e especialmente a partir dos anos 2000, a natureza da formação do preço na Bolsa de Chicago (em US\$/bushel) se modificou radicalmente. Se antes desta data o preço dependia essencialmente da oferta, demanda, estoques nos países produtores e consumidores, clima e outras razões objetivas de mercado, a partir desta data ganha importância a influência especulativa dos Fundos de todos os matizes que atuam naquela Bolsa. Assim, as razões subjetivas, calcadas em movimentos especulativos de agentes que geralmente não conhecem e nunca usarão a soja, parecem estar definindo os preços mundiais da oleaginosa nestes últimos 20 anos”.

Neste contexto, a preservação do bioma cerrado se tornou uma preocupação de segundo plano, facilmente visualizada pela Lei 12.651/2012 do Código Florestal brasileiro, pela qual se garante apenas



20%<sup>5</sup> de reserva legal<sup>6</sup> para o imóvel localizado no bioma, ao passo que a reserva legal é de 80% se o imóvel se encontra na região amazônica. Observa-se, a partir dessa formulação, um grande conflito de ordem política, uma vez que as áreas de transição de um bioma para o outro não são rígidas e bem definidas, a classificação de determinada região como parte de um bioma ou de outro sofre uma forte pressão econômica e social em sua delimitação.

O acelerado processo de degradação do bioma cerrado é de extrema preocupação, uma vez que não conta nem com a proteção regulatória nem com o apelo para a preservação que o bioma Amazônia ou mesmo que o que restou da Mata Atlântica tem, de acordo com Marques (2016: 100),

“entre as consequências constatadas dessa quase completa destruição do Cerrado, contam-se diminuição dos níveis pluviométricos, aumento das queimadas, perda de biodiversidade, ressecamento e erosão do solo e redução de lençóis freáticos de que dependem as três bacias hidrográficas da região”.

A referida deterioração ambiental do Cerrado, assim como de qualquer outro bioma, inevitavelmente leva a um aumento das tensões sociais, consequência de um modelo de desenvolvimento econômico que não inclui a maior parte da população; esta tendo que conviver com sucessivas perdas do padrão de vida. O empobrecimento das populações, proveniente de um modelo econômico excludente se configura no principal elemento para uma verdadeira convulsão social, camadas empobrecidas experimentam sucessivas perdas de padrão de vida, estando essas alheias à prosperidade econômica da atividade em questão.

Observa-se, a partir do exposto, uma versão do MMC em um país em desenvolvimento, pela qual o mercado financeiro ganha importância política e econômica frente aos demais segmentos da economia nacional. O referido ganho de importância se desdobra na liderança do

---

<sup>5</sup> 35% se o imóvel estiver localizado no Cerrado, mas em área de Amazônia Legal.

<sup>6</sup> Entende-se por reserva legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com o intuito de assegurar o uso econômico de forma sustentável.

processo econômico e da atividade produtiva, situação na qual os interesses dos grandes bancos de financiamento e fundos de investimento dão as diretrizes da atividade econômica em nível nacional. Segundo Capra (2002:153)

*“o poder econômico reside nas redes financeiras globais, que determinam o destino da maioria dos empregos, ao passo que o trabalho permanece constrangido pelas limitações espaciais do mundo real. Assim o trabalho ficou fragmentado e perdeu o pouco poder que tinha. Hoje em dia, muitos trabalhadores, quer sindicalizados, quer não, recusam-se a lutar por salários maiores ou por melhores condições de trabalho por medo de que seus empregos sejam deslocados para outro país”.*

A partir da reflexão de Capra (opcit), é possível entender que o MMC cria as condições para que uma sociedade estruturada se insira em uma realidade de constante tensão social, tensões essas agravadas em países em desenvolvimento, pois já contam com uma característica de profundas desigualdades; de renda, terra, acesso a serviços de saúde, educação, etc.

Uma vez a classe trabalhadora perdendo força política por medo de perder o emprego, a tendência será de crescente perda de direitos sociais outrora garantidores de um padrão de vida mínimo para a sua população. A busca pelo retorno financeiro crescente, por parte dos gestores de fundos, faz com que elementos responsáveis por garantir a seguridade social passem a ser vistos como entraves ao lucro, sendo a sua supressão justificada sob o argumento de redução de custos. Afirmam que as leis trabalhistas, por exemplo, são ultrapassadas, precisando ser modernizadas. O poder político, proveniente do poder econômico, abraça tal argumento, uma vez que a classe trabalhadora se encontra em uma situação de fragilidade.

Nessa situação, o MMC esbarra na questão de falta de demanda efetiva, formulada por Keynes em 1935, passando a ter o retorno financeiro futuro negativo, uma vez que a população, empobrecida, não é mais capaz de demandar o produto ofertado. Chega-se a uma situação de crise sistêmica da sociedade, pela qual o sistema analisado

fracassa justamente por não levar em consideração aquilo que, segundo os próprios ortodoxos, falta na perspectiva de Keynes, uma análise de longo prazo.

## **DESMONTE INSTITUCIONAL EM UMA PERSPECTIVA EVOLUTIVA: O CASO DO BRASIL**

Uma vez tendo o setor financeiro assumido a liderança de determinada economia, sendo ele o responsável por gerenciar tanto a indústria, quanto a agricultura e o setor de serviços, conforme argumentado por Minsky, o retorno financeiro passa a ser o principal indicativo de eficiência. Neste sentido, as instituições passam a sofrer alterações significativas, de modo a refletir a nova configuração social e atender os interesses do novo setor dominante.

No contexto em questão, os direitos sociais são os primeiros a serem alterados na busca por maior retorno financeiro. Sob o discurso de modernização da legislação vigente, que freqüentemente é qualificada como atrasada e incapaz de promover ou induzir o desenvolvimento econômico. As legislações trabalhistas são relaxadas, a previdência pública é “reformada” ou extinta, a saúde pública é desmontada, bem como a educação pública. Embora respaldados pelo discurso da eficiência econômica, o que está em jogo é redução de custos e a eliminação da concorrência do Estado em determinada atividade econômica, mesmo que seja a saúde ou a educação, serviços garantidos como direitos fundamentais pela Constituição Federal do Brasil de 1988.

O discurso da concorrência do Estado nas atividades econômicas não leva sequer em consideração o efeito multiplicador da renda, consequência dos transbordamentos do capital investido. De acordo com Castro (2016: 24), “o gasto com às políticas sociais tem reflexo de caráter econômico em dois sentidos: em termos de seu multiplicador para o crescimento do PIB e da renda das famílias”. Quer dizer que, para economias em desenvolvimento, o efeito *crowding out*<sup>7</sup> não se

---

<sup>7</sup> Substituição do investimento privado por investimento público.

materializa, uma vez que o empresariado não tem fôlego para promover os investimentos necessários para o desenvolvimento sem a presença do Estado.

A partir do caso brasileiro é possível observar a presença e disseminação dessa modalidade do capitalismo moderno na medida em que as instituições de ensino privado e o sistema de saúde privado já se encontram sob o controle de grandes fundos de investimento. Destacam-se os fundos de *private equity*, que têm por objetivo adquirir empreendimentos locais, transformá-los em empreendimento mais lucrativos<sup>8</sup>, sob o argumento da profissionalização do negócio, para, posteriormente, revendê-los por um valor mais alto.

Tais fundos, ao se preocuparem unicamente com o retorno financeiro, não levam em consideração fatores locais, característicos de cada sociedade particular. Segundo Carvalho (2013: 770): “A manifestação mais significativa do fenômeno de mercantilização pode ser observada por meio das aquisições realizadas por fundos *private equity* e pela abertura de capital das empresas educacionais na bolsa de valores (IPOs) a partir de 2007”.

O desmonte da educação pública e de qualidade é um claro exemplo de beneficiamento dos grandes fundos de investimento que controlam a educação superior privada, em detrimento à rede pública de ensino. A retirada do protagonismo das universidades públicas que, aos poucos, vem deixando de ter um perfil elitista e branco para se tornar cada vez mais representativas, com maior quantidade de jovens alunos negros e de classes baixas, Andrade (2019), abre espaço para as universidades privadas, muitas das quais controladas pelos referidos fundos e sem o compromisso social de diminuir a desigualdade no acesso a este tipo de educação, característico das instituições públicas.

É importante reforçar ainda a importância das pesquisas sem o viés do patrocinador, ou seja, algo muito mais fácil de acontecer na rede

---

<sup>8</sup> Sem verificar questões ligadas à sociedade local, muita das vezes demitindo todo o quadro antigo de funcionários para contratar novos com menores salários, embutidos pela “cultura do mercado”.

pública, uma vez que as mesmas são financiadas pela própria sociedade que acaba, portanto, sendo a grande beneficiada da produção científica em questão. Por outro lado, instituições privadas tendem a ter a sua produção científica vinculada aos interesses dos fundos ou empresas que as patrocinam, mesmo que estes entrem em conflito com os interesses sociais. Há, por conseguinte, um claro desvio de finalidade, uma vez que, pelo menos em princípio, as universidades deveriam preocupar-se com o interesse social e coletivo, não privilegiar pequenos segmentos da sociedade.

Na medida em que o discurso ligado ao MMC ganha espaço e tem maior penetração nas camadas sociais, a seguridade social perde força e passa a ser vista como um custo, não como atividade promotora do desenvolvimento e da redução da pobreza. A consequência direta é vista no enfraquecimento das instituições responsáveis por garantir alguma seguridade, mesmo em um país com má distribuição de renda, de terras e de oportunidades, como o Brasil.

Observa-se assim que medidas como a reforma da previdência, teto dos gastos públicos, relaxamento das leis ambientais, desmonte da saúde pública, desmonte da educação pública etc. ganham cada vez mais respaldo social, mesmo entre aqueles que seriam os mais beneficiados.

Por outro lado, questões ligadas à distribuição de renda, redução da pobreza e de defesa do meio ambiente perdem espaço na agenda política. Discussões sobre taxar lucros e dividendos, alíquotas diferenciadas de imposto para grandes fortunas, ratificação do Protocolo de Nagoia<sup>9</sup>, todas com grande potencial para induzir o investimento, realizar transferência de renda - algo fundamental para uma sociedade justa e economicamente ativa - simplesmente são deixadas de lado, mesmo com todas as evidências empíricas de que não

---

<sup>9</sup> COP 10: Trata do Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios decorrentes da sua utilização. O Brasil assinou o Tratado em questão, mas não ratificou em razão da pressão da bancada ruralista, mesmo sendo o país mais biodiverso do mundo.

se é possível promover desenvolvimento econômico sem justiça social e com um meio ambiente degradado.

O ambiente de constante mudança nas sociedades e seus reflexos nas instituições evidenciam o caráter evolutivo das mesmas, mudanças essas que podem ser positivas ou negativas para a própria sociedade. Desse modo a mudança comportamental resultante de uma nova concepção de valores tolerados por determinada sociedade pode criar as condições para o seu próprio colapso. Realizando um paralelo com a Teoria da Evolução, uma mutação pode se espalhar a uma população de animais em razão de uma vantagem competitiva momentânea, entretanto, uma população uniforme é mais vulnerável a, por exemplo, uma mudança no ambiente ao qual estão inseridas do que uma população heterogênea. A referida padronização das instituições capitalistas ocidentais e o padrão de consumo imposto nas mais diversas sociedades podem atuar no mesmo sentido.

Outro exemplo de desmonte institucional acontece na área ambiental. De Castro e Castro (2022) mostram que a flexibilização dos dispositivos ambientais e legais torna o Estado Brasileiro como um dos principais agentes de desmatamento na Amazônia brasileira. A discussão até aqui apresentada mostra a relação entre transformação da sociedade, que é entendida como um ser vivo e em constante mudança e as instituições por ela criadas. Neste contexto, a visão Ortodoxa da economia, aparentemente, erra ao aderir ao reducionismo de comportamento representado *homo economicus* na formulação das suas análises.

A padronização de valores capitalistas, ocidentais e democráticos, como elementos essenciais ao bom comportamento da economia, conforme verificado nos modelos de instituições boas, exemplificados por Acemoglu e Robinson (2012), não se configura em uma garantia de bom desempenho econômico. Podendo inclusive ser nocivo, uma vez que gera padrões de consumo insustentáveis ao planeta e criam condições especulativas capazes de produzir uma crise generalizada do sistema econômico, como ocorrido na crise do sub-prime em 2008. Os arranjos financeiros criam elementos especulativos que claramente os descolam da economia real e da capacidade do planeta em absorver o

impacto ambiental resultante de um modelo pautado no crescimento acelerado e constante.

A complexidade das sociedades, bem como os diferentes processos de formação histórico e cultural, não permitem que modelos preestabelecidos de instituições operem de forma igual ou até mesmo similar nessas sociedades. Neste sentido, o estudo da economia, bem como suas formulações propostas deveriam ser mais próximos aos velhos institucionalistas, pelos quais a economia é entendida como um processo, não como algo dado.

## CONCLUSÃO

Conforme argumentação do artigo, a busca desenfreada por retorno financeiro crescente, sem a preocupação socioambiental leva a um nível de degradação capaz de inviabilizar a própria atividade econômica. O desmatamento acelerado em busca de espaço para a agropecuária, tal como tem acontecido no bioma Cerrado do Brasil, tem um impacto significativo no regime de chuvas, alterando o ciclo da água e causando uma elevação da temperatura, elementos capazes de inviabilizar tanto a agricultura quanto a pecuária no longo prazo.

O discurso economicista de que o “progresso econômico” esbarra na questão ambiental é, portanto, utilizado como elemento para promover o desmanche da legislação de proteção ao meio ambiente e da própria fiscalização ambiental. Tal manifestação, todavia, mostra-se não somente atrasada, como repleta de interesses políticos e econômicos de segmentos da sociedade, em detrimento ao que pode ser entendido como o interesse coletivo.

O reflexo do MMC à la Minsky no Cerrado pode ser apreciado pela tendência na atualidade de um maior número de terras ocupadas por empresas de capital internacional na região geográfica do Matopiba, consequência da flexibilização das normativas federais em relação à compra de terras por parte de capitais estrangeiros. Desastres ambientais como o de Brumadinho, em 2019 no estado de Minas Gerais (Mansur, 2023) levam à morte generalizada de animais e plantas, tendo um

impacto de enorme magnitude no equilíbrio ambiental da região. Como consequência observa-se o ressurgimento e o aumento de doenças anteriormente controladas. A morte de predadores dos mosquitos é um caso clássico, sem a existência de anfíbios, os mosquitos saem do controle, podendo espalhar com maior potencial doenças como Febre Amarela, Dengue, Zica, Chikungunya, dentre outras.

O descaso social é também outro fator nocivo ao meio ambiente, precarização e despejo da população local, bem como a falta coleta de lixo, de saneamento básico, de medidas socioeducativas e a própria carência educacional do país, leva a um estado de permanente degradação ambiental. Neste caso observa-se uma relação que se retroalimenta, uma vez que a degradação ambiental está diretamente ligada à pauperização das populações locais, ambas, porém, mostram-se nocivas à economia e à ordem social quando se analisa o longo prazo.

Basear-se em um modelo econômico pautado em larga utilização de terra, pouquíssima mão de obra empregada, com um forte viés concentrador de renda e terra e baseado na exportação de um único produto, este com forte potencial de desestabilização social, pode causar sérios danos à sociedade brasileira, porém, diferentemente do ocorrido nos ciclos do café e da cana de açúcar, o potencial devastador tem escalas muito maiores, com impactos socioambientais que extrapolam o Brasil.

## REFERÊNCIAS

- Acemoglu, D.; Robinson, J. (2012). *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty*. Nova York: Gown Publishers.
- Agência de Cooperação Internacional do Japão. (2009). *50 Anos de Cooperação Brasil-Japão*. <http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/744>



- Andrade de, B. C. C. (2009). *Higher Education Funding in Brazil and the Income Contingent Loans Alternative*. Dissertação de Mestrado PPGE/UFF: Niterói.
- Brum, A. L.; Baggio, D. K.; Schneider, I. N.; Souza, F. M.; Knebel, E. L. G. & Silva, K. L. M. da (2022). Influência dos fundos de investimentos na formação do preço da soja na Bolsa de Cereais de Chicago. *DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate*, 12, 1-23. <https://doi.org/10.24302/drd.v12.326>
- Capra, F. (2002). *As Conexões Profundas, Ciência Para Uma Vida Sustentável*: Cultrix, São Paulo, Brasil.
- Carvalho, C. H. A. D. (2013). A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. *Revista Brasileira de educação*, 18, 761-776.
- Cassio, A.; Pitta, F.; Pereira, L.; Toledo, C. A. (2023). Transformations of the Agricultural Frontier in Matopiba: from State Planning to Financialisation of Land”. Em *Frontier Territories: Countering the Green Revolution Legacy in the Brazilian Cerrado*. *IDS Bulletin 54* (1) (Cabral, L.; Sauer, S.; Shankland, A. edit.)
- Castro, J. A. de (2018). Política Social no Brasil: distribuição de renda e crescimento econômico Social Policy in Brazil: social rights, income distribution and economic growth. Em *Social Protection for Sustainable Development: dialogues between Africa and Brazil*. *UNDP World Centre for Sustainable Development (RIO+ Centre)*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Coutinho, A.; Terra, T. N.; Bertolo, L.; Manabe, V. (2015). Dinâmica da agricultura anual na região do Matopiba. *Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril. INPE.
- Coy, M. (2022). Configurações e impactos locais de redes de produção globais: o complexo da soja em Mato Grosso/Brasil. Em *Ante los Nuevos Retos de la Geopolítica Mundial*, 46.
- Cunha, N. R. S.; Lima de, J. E.; Gomes, M. F. M. de; Braga, J. M. (2008). Intensidade da Exploração Agropecuária como Indicador da Degradação Ambiental na Região dos Cerrados, Brasil. *RER* 46 (2), 291-323. •
- Favareto, A. (coord), Nakagawa, L.; Pó, M.; Seifer, P.; Kleeb, S. (2019). *Entre chapadas e baixões do Matopiba: Dinâmicas territoriais e impactos*

*socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado*. São Paulo: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032008000200002>

- De Castro, E. & Castro, C. (2022). Desmatamento na Amazônia, desregulações socioambiental e financeirização do mercado de terras e commodities. *Novos Cadernos NAEA* 25 (1), 11-36.
- Epstein, G. (2005). "Introduction". Em Epstein, G. (ed.), *Financiarization and the World Economy*. Cheltenham: Edward Elgar.
- Hodgson, G. M. (2002). The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research. *Constitutional Political Economy*, 13, 111-127. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1015301101712>.
- IBGE (2019). *Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/apps/biomass/>
- Keynes, J. M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. London: [Palgrave Macmillan](https://www.palgrave.com/).
- Marques Filho, L. C. (2016). *Capitalismo e Colapso Ambiental*. Campinas: Editora UNICAMP.
- Mendonça, M.L.; Pitta, F.T. (2018). International Financial and the Brazilian Market. *Latin American Perspectives* 45, (5), 88-101.
- Minsky, H. P. (1996). Uncertainty and Institutional Structure of Capitalist Economies. *Journal of Economic Issues* XXX (2), 357-368.
- Minsky, H.P & Whalen, C. (1996). Economic insecurity and the institutional prerequisites for successful capitalism. *Journal of Post Keynesian Economics* 19 (2), 155-170.
- Minsky, H. P. (1995). Longer Waves in Financial Relations: Financial Factors in the More Severe Depressions II. *Journal of Economic Issues* XXIX (1), 83-96.
- Pitta, F. T.; Boechat, C. A. & Mendonça, M. L. (2018). A produção do espaço na região do Matopiba: Violência, transações imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais* 5 (2), 155-179. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2017v5n2p155>
- Perdigão, F.; Sauer, S. (2017). "Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil". Em Maluf, R.; Flexor, G. (Eds.). *Questões*

- agrárias, agrícolas e rurais. Conjunturas e políticas públicas* (39–51). Rio de Janeiro: E-papers.
- Rossi, P.; Dweck, E.; De Oliveira, A. L. M. (2018). *Economia Para Poucos: Impactos Sociais da Austeridade e Alternativas Para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária.
- Rossi, P.; Dweck, E. (2016). Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação. *Caderno de Saúde Pública*, 32 (12). DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00194316>
- Sauer, S.; Moreira, J. M.; Sátiro, G.; de Castro, L. F.; Silva, A. A.; Oliveira, K.R.Q.; Leite, A. Z. (2021). *Conflitos socioambientais: concepções e aplicação no Observatório do Matopiba*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Senado da República do Brasil. (2019). Projeto Lei no. 2963 de 2019. Brasil. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136853>
- Stanfield, J. (1999). The Scope, Method, Significance of Original Institutional Economics. *Journal of Economic Issues* XXXIII (2). 231–255. DOI: <https://doi.org/10.1080/00213624.1999.11506154>
- Whalen, C. (2017). Understanding Financialization: Standing on the Shoulders of Minsky. *Working Paper. Levy Economics Institute of Bard College* (892).

## Dados:

- INPE. (2018). INPE divulga dados sobre o desmatamento do bioma Cerrado. [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=4805](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=4805)
- WWF. (s.f.). Berço das águas. [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/areas\\_prioritarias/cerrado/bercodasaguas/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/cerrado/bercodasaguas/)
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordenação Geral de Observação da Terra. DETER. (2020). – Alertas de desmatamento no Cerrado Brasileiro. <http://www.obt.inpe.br/cerrado>.
- IPAM. (2017). <https://ipam.org.br/cerrado-perdeu-quase-30-milhoes-de-hectares-em-vegetacao-nativa-em-35-anos/>
- IPAM. <https://ipam.org.br/desmatamento-no-cerrado-foi-maior-do-que-na-amazonia-em-15-anos/>
- MAPBIOMAS. (2020). Estatísticas. <https://mapbiomas.org/estatisticas>